

Orçamento cheio de boas intenções

Os ministros da Fazenda e do Planejamento estão perfeitamente cientes de que necessitam do apoio dos empresários e empregados para convencer o Congresso a aceitar um orçamento de austeridade para o exercício de 1989. Obtiveram, estranhamente, o respaldo dos empresários, que aceitam um aumento da carga tributária. Já os representantes dos sindicatos operários foram mais cautelosos, certamente por temer, não sem razões, que aumentos de impostos — direta ou indiretamente — se traduzam por elevações de preços.

A reformulação do orçamento parece muito ambiciosa: se for aprovada pelo Congresso, implicará um superávit operacional equivalente a 0,07% do PIB. Nos últimos dez anos, aliás, nunca se registrou um superávit. Mas, para 1989, a partir de um déficit potencial de 7,78% do PIB, o qual num primeiro esboço do orçamento foi reduzido a 4,35%, poder-se-á chegar a um saldo positivo.

Se considerarmos que nosso compromisso com o FMI estabelecia um déficit de 2%, teremos de concluir que nossos ministros da área econômica se mostraram ambiciosos. Talvez estejam conscientes de que, se o papel aceita tudo, a realidade orçamentária

pode ser um pouco diferente e, especialmente, prepararam-se para enfrentar um Congresso que certamente não perfilha suas intenções austeras.

Enfrentaram os ministros, em primeiro lugar, a censura, altamente política, do presidente José Sarney. Como se previa, o presidente da República repeliu qualquer medida que suspendesse, ainda que apenas por dois anos, os incentivos regionais (Sudam-Sudene). Atitude quixotesca, uma vez que, seguramente, o Congresso não concordaria com tal suspensão.

Os ministros perseguiram duplo objetivo ao pretenderem um superávit, por menor que fosse: poder reduzir a dívida interna e, em consequência, o déficit público, que provoca a recriação de uma poupança pública, há muito desaparecida, a fim de financiar investimentos e assegurar um aumento do crescimento econômico de pelo menos 4% em 1989.

Procura-se, com o Pacto Social, despertar um apoio popular às medidas, para convencer o Congresso a aceitá-las. Os ministros, ao reformular o orçamento, tiveram a habilidade de equilibrar cortes de despesas e aumentos de receitas. Aquelas, com 2.594 bilhões de cruzados, representam 55,6% da redução do déficit, e es-

tas, com 2.070 bilhões, 44,4%. Os representantes dos sindicatos acharam os cortes insuficientes e revelaram certo ceticismo quanto à exequibilidade dos aumentos de receitas. O fato é que as compressões de despesas não são tão explícitas como o fortalecimento de aumentos de receitas. A redução de incentivos fiscais é pequena e dificilmente se poderá considerar a extinção da reserva de contingência e a de sazonalidade como corte de despesas, pelo que tais medidas só poderão ter um caráter aleatório.

Os aumentos de recursos apresentam-se de diversas maneiras. Os autores do projeto orçamentário jogaram com habilidade, usando aumentos e redução de impostos. O Imposto de Renda sobre pessoa jurídica fica reduzido de 35% para 30%, criando-se, todavia, um adicional de imposto de 8% (12% no caso das instituições financeiras) sobre os lucros. Mais uma vez o lucro é considerado pecaminoso, e, por isso, desestimulado. O maior aumento de receitas vem da redução do prazo de recolhimento dos impostos e da cobrança em OTN fiscal para reduzir o impacto negativo da inflação sobre as receitas reais do Tesouro — o que se traduzirá por um au-

mento de custo das empresas que procurarão recuperar suas perdas. Podemos entender a cautela dos empregados-consumidores que prefeririam cortes mais severos.

A caça aos devedores representa a maior parcela de novas receitas. Contudo, o que tem ocorrido, anos a fio, nesse campo, não autoriza grandes esperanças. O que não impede que se reconheçam as boas intenções dos ministros, e se espere que o que está no papel se transforme em realidade. Mas não se pode esquecer que cabe ao Congresso a decisão final. O Legislativo terá poucos dias para analisar o novo orçamento e o fará sob o impacto da derrota do PMDB às vésperas da campanha para as eleições presidenciais.

É bem possível que o projeto governamental venha a sofrer alterações suscetíveis de deformá-lo consideravelmente. O grande teste será, sem dúvida, a questão da rolagem da dívida externa dos estados e municípios. É preciso que o Congresso se conscientize de que uma redução do déficit (não sonhamos com o superávit) é condição essencial para que se possa derrubar a inflação e criar um clima favorável às eleições presidenciais e a uma retomada do crescimento, ainda que modesta.